

# Mailson culpa Congresso

segunda-feira, 3/4/89 □ Economia □ 3

## por aumento do déficit

**Rosental Calmon Alves**  
Correspondente

WASHINGTON — O ministro Mailson da Nóbrega acusou o Congresso Nacional de contrariar não apenas o governo, mas também “uma expressiva parcela da sociedade”, ao se opor a medidas de austeridade fiscal, como a extinção de empresas e entidades públicas consideradas desnecessárias ou o programa da privatização de estatais. “As pessoas têm que entender que não cabe ao Poder Executivo a culpa exclusiva pelos insucessos da política econômica”, declarou o ministro, numa entrevista, no intervalo das reuniões em que está participando na sede do Fundo Monetário Internacional.

O longo desabafo de Mailson foi em resposta a uma pergunta sobre as dificuldades que os insucessos do programa antiinflacionário do Brasil poderiam criar na hora de o governo tentar se beneficiar do plano Brady, que exige programas de austeridade dos países interessados em reduzir suas dívidas externas. Os americanos citam o México como o principal candidato a esses benefícios justamente pelos resultados já alcançados por seu programa de austeridade fiscal. O ministro brasileiro rejeitou qualquer comparação desse tipo, pois cada país tem seus próprios desequilíbrios e sua memória inflacionária. “O importante é ver os resultados, comparando com a situação anterior”, disse ele.

“É preciso entender que no Brasil nós operamos dentro de determinadas restrições ambientais, que envolvem grandes desequilíbrios da economia, uma exacerbção do conflito distributivo, provocado por um período prolongado de estagnação na economia brasileira, que é um fenômeno que ocorre também

em outros países, e a dificuldade que o governo tem no Brasil de implementar as políticas fiscais que julgue necessárias para (alcançar) seus objetivos de estabilização”, disse o ministro. Ele passou a insistir na necessidade de se compreender que o Brasil vive hoje uma situação “bem diferente daquela que vigorou durante muitos anos, no período militar”.

“Nós temos hoje um outro ator neste cenário, que se chama Congresso Nacional. E é um Congresso Nacional que nem sempre aceita o que para um segmento da sociedade brasileira e para o governo é o caminho mais adequado. Estamos assistindo, por exemplo, ao Congresso restabelecer instituições públicas, entidades que não só o governo, mas uma parcela expressiva da sociedade entenderam que eram desnecessárias e custosas aos bolsos dos contribuintes. Então, nós assistimos ao Congresso rejeitar um programa de privatização que foi proposto — certamente menor do que o do México, mas era aquilo que nós imaginávamos que fosse compatível com as exigências e as necessidades do país — e que foi totalmente rejeitado pelo Congresso”.

“Tudo isso nos leva a concluir que é errada a visão que as pessoas têm de que cabe ao Poder Executivo a culpa exclusiva pelos insucessos da política econômica. Nós vivemos um momento distinto no Brasil, em que, diferentemente do passado, o Ministério da Fazenda não possui todos os instrumentos e todas as facilidades para executar as políticas que julgue mais convenientes ao combate à inflação e ao desenvolvimento ou melhoria da balança de pagamentos. Chegou o tempo de rever tudo isso!” — disse Mailson.

O desabafo do ministro da Fazenda, porém, não se limitou a mencionar as

restrições impostas pelo Congresso à execução de uma política econômica no país. “As pessoas precisam se dar conta de que a nova Constituição agravou de sobremaneira a capacidade de executar uma política fiscal no Brasil. Aumentou brutalmente as transferências para os estados e municípios, ampliou os gastos sociais, consolidou e ampliou as regras de estabilidade no emprego público. A maioria dessas coisas ninguém discute, são necessárias. Mas é preciso entender que elas criam dificuldades adicionais. Temos dito que mais de 80% das despesas públicas no Brasil são, hoje, imprimeáveis. Não adianta o governo querer (comprimi-las). Do restante, que fica como margem de manobra para o governo trabalhar, uma grande parcela é de receita vinculada”, prosseguiu o ministro.

Mailson recordou, com ar de espanto e desagrado, que o restabelecimento das instituições públicas que tinham sido extintas foi feito pelo Congresso Nacional “em clima de civismo e de festa”, apesar de se tratar de um grupo de entidades consideradas desnecessárias. Entre outras, ele se referia ao Inbra, Geipot, Embrater e EBTU.

“É preciso entender”, seguiu Mailson, “que a sociedade brasileira, através de seus representantes no Congresso Nacional, decidiu ampliar os benefícios aos funcionários públicos, aos estados e aos municípios. Isso tem um preço. O preço é a redução da margem de manobra do governo para executar uma política fiscal coerente. Não basta a vontade do Poder Executivo, nem a disposição da área econômica do governo para fazer cortes. A sociedade brasileira tem que entender que do outro lado da rua tem alguém que também tem vontade e que, às vezes ou muitas vezes, é contrária a isso”.

**José Serra** — O Congresso Nacional não pode ser acusado de aumentar os gastos públicos, ao contrário das acusações lançadas ontem pelo ministro Mailson da Nóbrega. A defesa dos parlamentares foi feita pelo deputado federal José Serra (PSDB-SP): “O Congresso não está implicado de nenhuma forma com a inflação de março. O fato do Congresso Nacional ter ou não cooperado com o enxugamento do déficit público está completamente desligado dos números de março. É um evidente absurdo”.

O deputado lembrou que o projeto de privatização enviado pelo Executivo ao Congresso não obteve bloqueio dos parlamentares e, além disso, o governo possui um expressivo número de empresas estatais que poderiam ser desestatizadas imediatamente, sem interferência dos deputados, por não terem sido criadas por lei. “Além do mais, é um absurdo achar que a privatização seja a solução para o déficit público a curto prazo”, afirmou Serra.

**Dornelles** — O deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) também não gos-

tou das declarações de Mailson. “O ministro poderia fazer essas críticas dentro do país e não fora”, disparou o parlamentar, que é presidente da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados. Segundo ele, o governo não tem uma posição clara em relação a alguns projetos enviados ao Congresso, e mencionou o caso de órgãos públicos e empresas estatais, como o Geipot e a CBTU, que foram extintos na edição do Plano Verão e depois restabelecidos, através de uma outra Medida Provisória. “Parece até que não existe governo”, constata.